



CENÁRIO POLÍTICO PARA O COOPERATIVISMO BRASILEIRO

BOLETIM ESPECIAL **PARTE 2**



Sistema**OCB**

BMJ
CONSULTORES ASSOCIADOS

Apresentação



Nesta segunda parte da edição especial do nosso boletim **“Análise Política”**, elaborada em conjunto com a BMJ Consultores Associados, refletimos sobre as principais tendências para o cenário eleitoral, uma vez que este deve condicionar as prioridades do Governo Federal e de autoridades públicas, a pauta legislativa e o próprio ritmo das votações no Congresso Nacional para este e para os próximos anos.

O impacto das redes sociais, as formas de financiamento das candidaturas, o reflexo das federações partidárias e as mudanças relevantes no perfil dos candidatos são alguns dos aspectos analisados. Em seguida tratamos da corrida presidencial, com pontos favoráveis e desafios dos principais candidatos, e das perspectivas de renovação do quadro de parlamentares da Câmara e do Senado. Por fim, tratamos de como o ano eleitoral pode impactar na estrutura do núcleo de decisões governamentais.

Se você perdeu a primeira parte do nosso boletim especial, que tratou sobre a matriz de riscos institucionais para o cooperativismo em 2022, [clique aqui!](#) Recomendamos também a leitura da nossa parte final do boletim especial, que será publicada na próxima semana, sobre as principais perspectivas de avanço da pauta legislativa de interesse do cooperativismo para 2022.

DESEJAMOS A TODOS
UMA ÓTIMA LEITURA!

Eleições 2022

Ainda é cedo para afirmarmos com precisão quais serão os rumos políticos do país a partir das próximas eleições. No entanto, a oito meses do pleito eleitoral, já temos algumas peças do quebra-cabeça da disputa política que vai ser definida em outubro de 2022. Mudanças advindas da Reforma Eleitoral, em especial, a criação das federações partidárias, a incorporação cada vez maior do mundo digital no nosso cotidiano - e consequentemente nas eleições-, o retorno do protagonismo da política tradicional, bem como a conjuntura social e econômica do país, já indicam possíveis caminhos, estratégias e desafios das candidaturas em 2022. Confira a seguir algumas das **principais tendências mapeadas** para o próximo pleito eleitoral:



REDES SOCIAIS

As redes sociais e o ativismo digital continuam sendo aspectos relevantes e tendem a gerar um ambiente de grande polarização. Junto a isso, é esperado que palanques estaduais, tempo de TV e alianças partidárias sejam fatores a serem considerados. O monitoramento da disseminação de notícias falsas deve ser um dos principais focos do Judiciário durante o período eleitoral.



FINANCIAMENTO

A proibição de financiamento empresarial, em vigor desde 2016, continua impactando a organização das campanhas eleitorais. O aumento significativo no fundo público eleitoral sinaliza a preocupação da classe política com a obtenção de recursos para o período de eleições. O financiamento individual de candidaturas pode crescer, mas segue como parcela pequena dos fundos direcionados à campanha. Políticos com maior poder aquisitivo, ou mais conhecidos na sociedade, largam na frente em suas candidaturas.



FEDERAÇÕES PARTIDÁRIAS

A possibilidade da criação das federações partidárias tende a ter um impacto significativo no funcionamento de partidos a partir de 2022, já que, diferentemente das coligações, as federações são alianças que devem durar por pelo menos quatro anos. O mecanismo auxilia legendas menores a alcançar a cláusula de barreira. Um impacto sistêmico da nova regra a se atentar é a tendência de menor dificuldade para o eleitor se situar com as plataformas políticas dos diferentes blocos partidários em nível nacional. As regras já provocaram negociações envolvendo partidos maiores de diversas ideologias, a fim de aumentar suas chances no pleito eleitoral. As negociações devem ocorrer até 31 de maio, data limite para formalização dos arranjos.



PERFIL DOS CANDIDATOS

As eleições municipais de 2020 sinalizaram que o sentimento antissistema perdeu força entre o eleitorado brasileiro, com a população optando por políticos mais experientes na gestão da máquina pública. A expectativa é de que este cenário permaneça no pleito de 2022. Candidatos *outsiders* da política podem ter maior proeminência a nível local, especialmente nas eleições proporcionais para as assembleias legislativas e para a Câmara dos Deputados, mas, no contexto nacional, figuras já amplamente conhecidas e com algum tipo de passagem na máquina pública levam vantagem.



PAUTA ECONÔMICA E SOCIAL

Com o acentuamento da crise de saúde pública e a piora nos índices econômicos, pautas de costumes dividirão espaço para discussões sobre políticas econômicas e sociais. Propostas relacionadas a gastos públicos e investimentos devem ter mais proeminência em discursos para todas as esferas do poder. Bolsonaro deve focar em medidas econômicas recentes (redução de impostos sobre combustíveis, Auxílio Brasil etc.) enquanto outros candidatos devem criticar a condução da política econômica, bem como a gestão governamental durante a pandemia.



POLARIZAÇÃO ACENTUADA

A tendência de um cenário de polarização acirrada entre Bolsonaro e Lula na corrida presidencial é alta. Os dois candidatos são amplamente conhecidos pela população e possuem uma base fiel de eleitores, sendo improvável que recebam menos de 20% dos votos válidos cada um no primeiro turno. No momento, diversos postulantes têm se apresentado na disputa com o objetivo de se firmar como uma candidatura competitiva de terceira via. O contexto atual de fragmentação faz com que candidatos como Ciro Gomes (PDT), Moro (Podemos), Dória (PSDB) e Eduardo Leite (PSD) lutem entre si para pontuarem acima dos dois dígitos nas pesquisas de intenção de voto, o que acaba por retroalimentar a impressão da polarização Lula-Bolsonaro pela maioria do eleitorado.

Fonte: Sistema OCB e BMJ, Fev/2022

Corrida presidencial

Na disputa pela Presidência da República em 2022, Bolsonaro e Lula hoje aparecem como francos favoritos ao segundo turno e isso se deve à grande resiliência de seus apoiadores mais fiéis. A favor de Bolsonaro, há a máquina governamental e uma base de apoio sólida na busca pela reeleição. Já o ex-presidente Lula deve apostar em um discurso de conciliação, com acenos ao centro para atingir os eleitores indecisos, além das lembranças dos tempos de seu governo. O fator curioso desta disputa é que as duas candidaturas se fortalecem juntas, na medida em que o confronto entre os dois candidatos torna as candidaturas da terceira via menos competitivas.

DISPUTA PELO CENTRO: A PRINCIPAL DISPUTA NA CORRIDA PRESIDENCIAL DE 2022.



BOLSONARO

TENDÊNCIAS

PONTOS FAVORÁVEIS:

- Máquina pública pode aumentar apoio.
- Base consolidada de apoiadores fiéis.
- Apoio significativo no Congresso para o avanço de pautas econômicas de cunho liberal.

PRINCIPAIS DESAFIOS:

- Dificuldade de estabelecer novas alianças com partidos de centro à medida que a candidatura de Lula se consolida.
- Controle da inflação, sobretudo nos preços de alimentos, de combustíveis e de gás de cozinha, é preponderante para o avanço da sua popularidade.
- Desgaste da imagem midiática por conta dos posicionamentos adotados durante a pandemia.



LULA

TENDÊNCIAS

PONTOS FAVORÁVEIS:

- Bons resultados nas pesquisas eleitorais¹.
- Discurso de conciliação busca atingir os eleitores indecisos.
- Bom trânsito entre lideranças políticas tradicionais em partidos de centro.

PRINCIPAIS DESAFIOS:

- Busca de uma chapa (vice-presidente e ministros) que represente um sinal de pragmatismo político e que converse com anseios do mercado e do setor produtivo.
- Desgaste da imagem midiática por conta da Operação Lava-Jato.
- Parte da população não se identifica com a pauta progressista de costumes defendida por aliados próximos, o que pode afastar o cidadão mais conservador que não faz parte do eleitorado cativo de Bolsonaro.

¹Com informações de:
PoderData (Feu/2022),
Ipespe (Jan/2022),
Atlas Político (Nov/2021)
e Datafolha (Feu/2022).



MORO

TENDÊNCIAS

PONTOS FAVORÁVEIS:

- Histórico na Operação Lava-Jato.
- Pouco envolvimento em escândalos.
- Capitaliza tanto sobre antipetismo quanto sobre antibolsonarismo.

PRINCIPAIS DESAFIOS:

- Partido pequeno com pouco tempo de propaganda eleitoral.
- Alta rejeição entre o eleitorado da esquerda e entre a base de apoiadores de Jair Bolsonaro¹.
- Pouco apoio da classe política.



CIRO GOMES

TENDÊNCIAS

PONTOS FAVORÁVEIS:

- Ampla experiência política.
- Nome consolidado politicamente e de alcance nacional.
- Ideologia menos à direita pode atrair eleitores mais próximos da esquerda.

PRINCIPAIS DESAFIOS:

- Enfrenta resistência na esquerda, apesar de estar mais próximo desse campo.
- Apoio difuso por parte da classe política tradicional.
- Candidato da terceira via que mais disputa eleitorado com o PT.

¹Com informações de:
PoderData (Feu/2022),
Ipespe (Jan/2022),
Atlas Político (Nov/2021)
e Datafolha (Feu/2022).



DÓRIA

TENDÊNCIAS

PONTOS FAVORÁVEIS:

- Projeção com a campanha de produção CoronaVac.
- Avaliação positiva do mercado.
- Experiência em cargos executivos.

PRINCIPAIS DESAFIOS:

- Conexões incipientes com a classe política.
- Alta rejeição entre o eleitorado da esquerda e entre a base de apoiadores de Jair Bolsonaro¹.
- Ainda não conta com apoio integral do próprio partido.



**EDUARDO
LEITE**

TENDÊNCIAS

PONTOS FAVORÁVEIS:

- Experiência no Governo de RS.
- Avaliação positiva do mercado e do setor produtivo.
- Apoio de lideranças de partidos de centro-direita.

PRINCIPAIS DESAFIOS:

- Pouca projeção nacional.
- Possível mudança de partido atrapalha as articulações de campanha.
- Pré-candidatura tardia prejudica a formação de alianças.

¹Com informações de:
PoderData (Feu/2022),
Ipespe (Jan/2022),
Atlas Político (Nov/2021)
e Datafolha (Feu/2022).

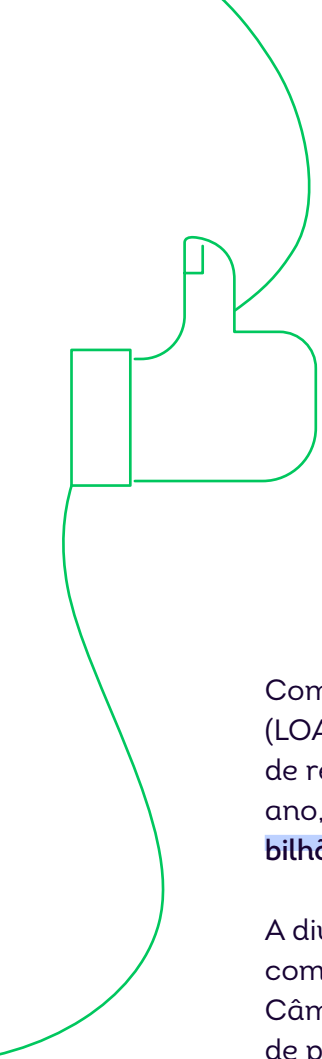
Perspectivas para o Congresso Nacional

Para olharmos o horizonte das eleições de 2022 para o Congresso Nacional, vale a pena voltarmos quatro anos no tempo, mais precisamente em outubro de 2018, com os resultados do **1º e do 2º turno nas urnas**. Em um período de ascensão do bolsonarismo e das pautas de segurança pública e de combate à corrupção, além do sentimento crescente de desmoralização da política tradicional, observamos, naquele momento, uma mudança profunda no perfil dos candidatos eleitos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Para se ter uma ideia, segundo levantamento das Consultorias Legislativas da Câmara e do Senado realizadas logo após as eleições de 2018, das **513 vagas** em disputa na Câmara, 243 foram ocupadas por novos deputados. Destes, 115 não haviam exercido qualquer mandato eletivo na vida. Já no Senado Federal, das **54 vagas** em disputa à época (2/3 das cadeiras), 46 foram renovadas (**85%** de alternância). Nomes habituais da política brasileira como os senadores Cássio Cunha Lima, Eunício Oliveira e Cristovam Buarque, por exemplo, deram lugar a políticos com pouca ou nenhuma experiência pública. Puxados pelo bolsonarismo, partidos pequenos como o PSL, que subiu de 8 para **52 cadeiras** na Câmara, ganharam grande projeção nacional de uma legislatura para a outra, enquanto forças tradicionais da política, como o PSDB, viram a sua participação e influência no Congresso diminuir.

Em 2022, as eleições envolvem 1/3 das cadeiras do Senado (**27 vagas** em disputa, uma por UF) e **513 cadeiras** na Câmara (distribuídas de acordo com o coeficiente populacional de cada UF). Como as pessoas jurídicas continuam impossibilitadas de realizar doações para financiamento de campanhas eleitorais (candidatos ou partidos), permanecem tendo vantagem na corrida eleitoral:

- a. os candidatos que integram ou que possuem boa interlocução com o alto escalão de cada legenda partidária, uma vez que boa parte dos recursos de financiamento desta campanha devem vir do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral; ou
- b. os candidatos com alto poder aquisitivo e que possuem melhores condições de autofinanciar sua campanha, como empresários ou celebridades.



CANDIDATOS COM MAIS RECURSOS E ESTRUTURA TENDEM A AUMENTAR O ALCANCE DO SEU PÚBLICO E SUA REDE DE APOIADORES, AUMENTANDO AS CHANCES DE SUCESSO.

Com a recente aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2022, há a previsão de uso de **R\$ 5,96 bilhões** de recursos públicos para as campanhas eleitorais neste ano, sendo este o valor correspondente da soma de **R\$ 4,9 bilhões** do Fundo Eleitoral e **1,06 bilhão** do Fundo Partidário.

A divisão dos recursos feita, principalmente, de acordo com o tamanho das atuais bancadas partidárias na Câmara e no Senado, tende a privilegiar as candidaturas de parlamentares das grandes legendas, como: União Brasil (PSL+DEM), PT, MDB, PP, PSD, PSDB, PL, PSB, PDT, Republicanos e Podemos, dentre outros.

Por fim, cabe lembrar que nestas eleições passa a valer a regra de que, para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral, os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados serão contados em dobro. **Espera-se que a medida tenha um impacto positivo para aumentar a representatividade desta parte da população no Congresso Nacional.**

Segundo levantamento da Consultoria Legislativa da Câmara, logo após as eleições de 2018, as mulheres ocuparam **15% das cadeiras** na Casa (frente ao índice de **51,5% na população**, segundo dados do IBGE daquele ano). Em relação aos negros (pretos e pardos), nas últimas eleições representaram **24,3% dos eleitos** na Câmara (enquanto que, segundo levantamento do IBGE no mesmo ano, estes representavam **54,9% da população**).

Estrutura e organização governamental

Durante o mandato de Bolsonaro, observamos algumas mudanças estratégicas no núcleo de decisões do governo, efetivadas de acordo com o cenário político e econômico. Na atual conjuntura, os acenos do presidente vão ao encontro de um melhor ambiente de governabilidade junto ao Congresso Nacional. Apesar de continuarem sendo peças-chave na estrutura do governo, tanto a ala econômica, representada especialmente por Paulo Guedes, como a ala militar, dos generais Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos, tendem a disputar espaço com mais atores no núcleo de decisões governamentais, principalmente aqueles ligados à classe política e aos partidos de centro, como o atual ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

Trajetória do núcleo de decisões do governo



BRAGA NETTO

MILITARES (=)



Tendo papel importante na montagem do quadro governamental e, no início do mandato, também com influência na articulação política entre ministérios e com o próprio Congresso, a ala militar voltou a ter, a partir de 2021, uma função mais interna, focada na gestão e na organização administrativa do governo.

O grupo se mantém como categoria cara ao presidente, ainda que com menos influência em decisões sobre políticas públicas, indicações a cargos políticos e destinação e execução de verbas orçamentárias. A ideia de Bolsonaro de convidar novamente um vice-presidente com histórico militar para compor sua chapa ainda está no radar, mas a ala política do governo tem tentado afastar este movimento, com a indicação de um nome da classe política.



**PAULO
GUEDES**

ECONÔMICO (-)



Alçado ao status de superministro da Economia no início do mandato, Paulo Guedes acabou tendo sua agenda de reformas atravessada pela crise sanitária, que conduziu o governo a uma agenda oposta à pauta de diminuição do papel do Estado e de ajuste fiscal.

A maior parte da equipe formada em 2019 já deixou o governo e a agenda liberal gradativamente perdeu espaço ao longo do mandato, ora pela necessidade de agendas afirmativas, como o auxílio emergencial e o Auxílio Brasil, ora pela pauta de interesse dos parlamentares. Com as reformas estruturantes avançando pouco no Congresso, as eleições devem pressionar ainda mais a agenda de controle dos gastos públicos defendida por Guedes.



**DAMARES
ALVES**

IDEOLÓGICO (+)



A proximidade das eleições deve voltar a fortalecer a presença de figuras ideológicas junto do presidente Jair Bolsonaro. O núcleo atrai e retém os votos do eleitorado conservador cativo do presidente e deve ser crescentemente mobilizado com a proximidade do pleito. A atuação ainda deve ocorrer de modo concentrado em assuntos específicos, como a pauta de valores tradicionais.



**CIRO
NOGUEIRA**

POLÍTICO (++)



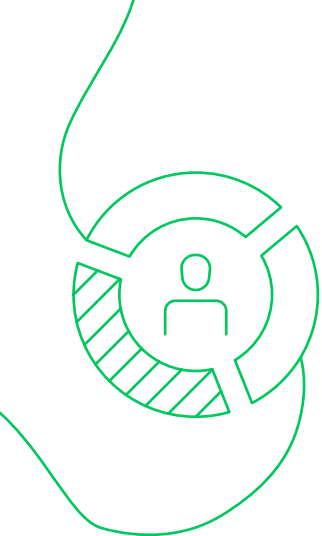
A classe política deve continuar a aumentar sua influência junto ao Executivo, processo que ocorre desde o início de 2021. Parlamentares dos partidos de centro tendem a ampliar sua influência com a proximidade das eleições, uma vez que possuem poder de decisão sobre pautas estratégicas no Congresso, o que pode alavancar ou atrapalhar a popularidade do presidente da República.

Um aumento de poder de influência na Esplanada, a partir da desincompatibilização dos ministros que concorrerão ao pleito eleitoral, não é descartado. Neste caso, caberá a Bolsonaro a habilidade de buscar fortalecer suas alianças com os partidos de centro, tendo em vista o pleito eleitoral.

Fonte: Sistema OCB e BMJ, Fev/2022

Possíveis mudanças no quadro governamental

Termina em abril o prazo de desincompatibilização de ministros que queiram se candidatar a algum cargo eletivo em 2022. Ou seja, esse é um período de importantes negociações dos ministros com os seus partidos e com o próprio presidente da República, tendo em vista a escolha dos próximos passos de suas carreiras políticas. Em estudo realizado recentemente pela BMJ, foram mapeados **12 ministros** que pretendem concorrer a um cargo eletivo neste ano. O número representa a possibilidade da substituição do 1º escalão do Governo Federal em mais da metade das pastas (hoje, o governo é composto por **23 ministérios**).



REFORMA MINISTERIAL É ESTRATÉGICA PARA BOLSONARO FORTALECER SUAS ALIANÇAS COM OS PARTIDOS DE CENTRO, TENDO EM VISTA O PLEITO ELEITORAL.

O momento é igualmente importante para o presidente Bolsonaro, dada a possibilidade de realocar partidos nos quadros do governo, com o objetivo de construir e fortalecer alianças e apoios para o pleito eleitoral. É possível, também, que algumas destas pastas sejam recompostas por ministros interinos ou por quadros mais técnicos (secretários ou funcionários de carreira do próprio órgão). De toda a forma, é de se esperar que decisões políticas mais relevantes e estratégicas estejam em compasso de espera até abril, num cenário de indefinição ou no modus operandi “é agora ou nunca”, a depender do ministério.

A possível Reforma Ministerial



Ministério da Agricultura **Ministra Tereza Cristina**

Possível candidatura:
Senado (MS) ou vice-presidência da República



Ministério da Cidadania **Ministro João Roma**

Possível candidatura:
Governo BA



Ministério da Ciência e Tecnologia
Ministro Marcos Pontes

Possível candidatura:
Deputado Federal (UF ainda indefinida)



Ministério das Comunicações
Ministro Fábio Faria

Possível candidatura:
Governo RN



Ministério do Desenvolvimento Regional
Ministro Rogério Marinho

Possível candidatura:
Governo RN



Ministério do Trabalho e Previdência
Ministro Onyx Lorenzoni

Possível candidatura:
Governo RS



Ministério da Infraestrutura
Ministro Tarcísio de Freitas

Possível candidatura:
Governo SP



Ministério da Justiça
Ministro Anderson Torres

Possível candidatura:
Senado (DF)



Ministério da Mulher, da Família e dos
Direitos Humanos
Ministra Damares Alves

Possível candidatura:
Senado (sem estado definido)



Secretaria de Governo
Ministra Flávia Arruda

Possível candidatura:
Governo/Senado DF



Casa Civil
Ministro Ciro Nogueira

Possível candidatura:
Governo PI



Ministério da Saúde
Ministro Marcelo Queiroga

Possível candidatura:
Deputado Federal (UF ainda indefinida)

Fonte: BMJ, Fev/2022

